

É ASSIM QUE VIVEM OS SIGNOS?*

ECATERINA BULEA BRONCKART
(Université de Genève)

*Não há nenhum momento em que a génese tenha diferenças características relativamente à vida da linguagem, e o essencial é ter compreendido a vida.*¹

(Saussure, *ELG*, p. 228)²

Apesar da firmeza do tom deste enunciado, que confere à “compreensão da vida” um estatuto fundamental no estudo dos fenómenos de linguagem, parece que Saussure nunca comentou a aceção³ que tinha do termo “vida” que, no entanto, atravessa o conjunto da sua obra, de forma simultaneamente subtil e solidária. Subtil porque o significado do termo permanece geralmente “velado” pelos temas abordados nos co-textos em que ocorre, podendo assim parecer metafórico ou mesmo passar despercebido. Solidária porque está presente em todos os pontos nodais da teoria e o seu valor é relativo ao do peso teórico dos objetos que nela são discutidos: a linguagem, a língua, o sistema, o signo:

“Pode compreender-se por *vida da linguagem*, em primeiro lugar, o facto de **a linguagem** viver através do tempo, quer dizer, ser suscetível de se transmitir.” (ELG, pp. 53-54)⁴

* Título original: Est-ce ainsi que les signes vivent? In *Texto! Textes et cultures*, 2005, vol. 10, n° 4. Tradução de Maria Antónia Coutinho. Todas as citações foram traduzidas, mantendo-se o original em nota de rodapé. Estas notas são antecedidas da marca (N.T.), o que permite distingui-las das notas originais da autora.

¹ (N.T.) “Il n’y a aucun moment où la genèse diffère caractéristiquement de la vie du langage, et l’essentiel est d’avoir compris la vie.” (Saussure, *ELG*, p. 228).

² (N.T.) *ELG* corresponde a *Écrits de Linguistique générale* (Saussure, 2002) e *CLG* a *Cours de Linguistique générale* (Saussure, 1916/1995).

³ Este termo nunca foi comentado, nem mesmo na exegese saussuriana. Sublinhar-se-á no entanto o estudo de Fehr (1992), que aborda esta questão ao nível da língua, e as observações de Puech (1992) em *Présentation*, número 107 de *Langages*.

⁴ Sempre que aparecem itálicos ou maiúsculas nos excertos citados, são do texto de origem. Os nossos sublinhados nos mesmos excertos far-se-ão com negritos.

“Passado um primeiro momento, **a língua** entrará muito provavelmente na vida semiológica; transmitir-se-á através de leis que não têm nada em comum com as da criação refletida e já não será possível voltar para trás.” (CLG, p. 111)

“Só o **sistema de signos** que se tornou coisa da coletividade merece o nome de, *é* um sistema de signos: porque, a partir desse momento, o conjunto das suas condições de vida *é* de tal forma distinto de tudo o que ele pode constituir fora disso que o resto aparece como não importante.” (ELG, p. 289)

“O contrato *é* convencional entre [], mas *é* um contrato que já não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do **signo**, porque a vida do signo assenta no contrato.” (ibid., p. 103)

“O que há de particular no **signo convencional** *é* que as disciplinas que poderiam ocupar-se dele não se aperceberam que o signo era [...] *transmissível*, e por isso dotado de uma segunda vida [...]” (ibid., p. 229)⁵

Em função desta solidariedade do termo com os objetos maiores da teoria saussuriana, não pode considerar-se que a noção de “vida” tenha apenas, nessa mesma teoria, um estatuto marginal ou acidental. Seria igualmente apressado não ver aí mais do que uma espécie de referência implícita à *Vie du langage* de Whitney, apesar das convergências teóricas dos dois autores. O uso recorrente do termo revela antes uma trama heurística, um “motivo subterrâneo do texto” (Fehr, 1992, p. 75) que, por um lado, faz aparecer uma propriedade fundamental comum à linguagem, às línguas e aos signos e, por outro lado, articula essa propriedade com a especificidade irreduzível da ciência de que são objeto: a semiologia, definida como “ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (CLG, p. 33).

O objetivo deste artigo *é* tentar compreender o que entende Saussure por “vida” da linguagem, das línguas e dos signos. Sem subestimar o interesse de uma abordagem histórica e/ou filosófica da questão, adotaremos uma perspectiva epistemológica: quais são os desafios e as implicações teóricas da

⁵ (N.T.): «On peut entendre par *vie du langage* premièrement le fait que **le langage** vit à travers le temps, c’est-à-dire est susceptible de se transmettre.» (ELG, pp. 53-54) [2] «Passé un premier moment, **la langue** entrera très probablement dans sa vie sémiologique; elle se transmettra par des lois qui n’ont rien de commun avec celles de la création réfléchie, et l’on ne pourra plus revenir en arrière.» (CLG, p. 111)

«C’est seulement le **système de signes** devenu chose de la collectivité qui mérite le nom de, qui *est* un système de signes: parce que l’ensemble de ses conditions de vie est tellement distinct depuis ce moment de tout ce qu’il peut constituer hors de cela que le reste apparaît comme inimportant.» (ELG, p. 289)

«Le contrat est conventionnel entre [], mais c’est un contrat qui ne peut plus être brisé, à moins de supprimer la vie du **signe**, puisque cette vie du signe repose sur le contrat.» (ibid., p. 103) «Ce qu’il y a de particulier dans le **signe conventionnel**, c’est que les disciplines qui pouvaient avoir à s’en occuper ne se sont pas doutées que ce signe était [...] *transmissible*, et par là doté d’une seconde vie [...]» (ibid., p. 229).

atribuição de uma “vida” ao conjunto das dimensões dos fenómenos semiológicos?

1. Uma “vida” que não é de ordem biológica

Como se sabe, Saussure rejeita claramente qualquer vitalismo, qualquer conceção organicista e finalista das línguas, e recusa portanto o emprego de conceitos e termos da biologia para analisar os factos de linguagem⁶. As suas críticas da conceção de Schleicher, ou da de Hovelacque, formuladas na *Première conférence à l'Université de Genève* de 1891, testemunham a firmeza da sua posição sobre esta questão:

“Lê-se quase na primeira página de uma obra de M. Hovelacque sobre a linguística: “a língua nasce, cresce, definha e morre como qualquer ser organizado”. Esta frase é absolutamente típica de uma conceção muito comum mesmo entre linguistas, que não nos cansamos de combater, e que levou diretamente a fazer da linguística uma ciência natural. **Não, a língua não é um organismo, não é uma vegetação que exista independentemente do homem**, não tem uma vida própria que implique um nascimento e uma morte. Tudo é falso na frase que lê: a língua não é um ser organizado, não morre por ela própria, não definha, não cresce, no sentido de que não tem nem uma infância nem uma idade madura ou uma velhice, e, por fim, não nasce, como vamos ver.” (ELG, p. 154)⁷

Em termos igualmente categóricos, recusa também à anatomia e à fisiologia o estatuto de modelos ou de apoios epistemológicos (ou mesmo analógicos) para o estudo dos objetos de linguagem, e esta oposição a qualquer abordagem naturalista das línguas assenta na análise dos factos linguísticos concretos, da sua história e do seu funcionamento.

Supor que uma língua possa “nascer” equivale primeiro a admitir uma espécie de ato originário, espaço-temporalmente situado, e depois uma génese, que seria possível atestar. Assimilar as línguas a organismos implica além disso: – que as línguas seriam *naturalmente delimitadas ou individualizadas*; – que seguiriam todas imutavelmente o mesmo percurso “geneticamente”

⁶ Esta posição era, nomeadamente, a da “linguística naturalista” (Hovelacque, Regnaud, Vinson e outros), corrente que assumiu a descendência da teoria de Schleicher em França e que preconizava a ligação da linguística às ciências naturais (cf. a este propósito Desmet, 1996).

⁷ (N.T.) «On lit presque à la première page d'un ouvrage de M. Hovelacque sur la linguistique: «la langue naît, croît, dépérit et meurt comme tout être organisé». Cette phrase est absolument typique de la conception si répandue même chez les linguistes, qu'on s'épuise à combattre, et qui a mené directement à faire de la linguistique une science naturelle. Non, la langue n'est pas un organisme, elle n'est pas une végétation qui existe indépendamment de l'homme, elle n'a pas une vie à elle entraînant une naissance et une mort. Tout est faux dans la phrase que j'ai lue: la langue n'est pas un être organisé, elle ne meurt pas d'elle-même, elle ne dépérit pas, elle ne croît pas, en ce sens qu'elle n'a pas plus une enfance qu'un âge mûr ou une vieillesse, et enfin elle ne naît pas comme nous allons le voir.» (ELG, p. 154)

(pré-)determinado; – que a idade interviria como um fator determinante para explicar a respetiva evolução ou, ainda, que segundo a sua “etapa de desenvolvimento” (infância, juventude, velhice), elas seriam providas ou desprovidas de determinadas propriedades; – finalmente, que desapareceriam inevitavelmente por uma espécie de “esgotamento interior” (ibid., p. 154).

Ora, segundo Saussure, nada disto caracteriza as línguas. Elas não nascem nem morrem e o princípio orgânico da procriação é-lhes estranho; o que as caracteriza é uma absoluta *continuidade*, a par de uma perpétua *transformação* no tempo: transformação que se apresenta como um movimento incessante, que se produz “lentamente, semana a semana, mês a mês, ano a ano e século a século”, sem que haja alguma vez ou em algum lugar “procriação de um idioma novo por um idioma anterior” (ibid., p. 153). Além disso, a individualização espacial ou temporal das línguas, cuja realidade é incontesteável, não é naturalmente dada nem imutável, mas releva de processos de ordem socio-histórica. Finalmente, o sentimento da continuidade temporal das línguas, assim como as denominações específicas que lhes são atribuídas (latim, francês, etc.) dependem de uma “forma totalmente arbitrária e convencional” de conceber a pluralidade e a diversidade linguísticas, de uma necessidade gnosiológica de introduzir pontos de referência na continuidade/transformação dos factos de linguagem. E, neste sentido, os nomes das línguas decorreriam de uma espécie de atribuição de valor:

“...não existe literalmente qualquer forma de introduzir uma divisão, a não ser esta forma totalmente arbitrária e convencional. Assim, em primeiro lugar, não negamos apenas que uma língua possa nascer sem ser precedida por outra; nem negamos apenas, em segundo lugar, que uma língua possa subitamente nascer de outra; mas negamos mesmo, em terceiro lugar, que uma determinada língua nasça gradualmente de outra, **porque não há nenhum momento em que a língua seja menos determinada ou mais determinada do que num outro momento**; não há nunca caracteres permanentes, mas apenas transitórios e além disso delimitados no tempo; há apenas estados de língua que são perpetuamente a transição entre o estado da véspera e o do dia seguinte.” (ibid., p. 165).⁸

Resulta destas tomadas de posição que, embora a noção de “vida” subsista na teoria saussuriana, não pode ser portadora de qualquer conotação biológica ou naturalista. Ela tem a ver, na realidade, com a *socio-história da lin-*

⁸ (N.T.) «...il n'existe littéralement aucune autre façon d'introduire une division, si ce n'est cette façon tout arbitraire et conventionnelle. Ainsi nous nions – non seulement qu'une langue puisse naître sans être précédée d'une autre, – non seulement en second lieu qu'une langue puisse subitement naître d'une autre, mais troisièmement même nous nions qu'une langue déterminée naisse graduellement d'une autre, car il n'y a aucun instant où la langue soit moins déterminée ni plus déterminée qu'à un autre; il n'y a jamais de caractères permanents, mais seulement transitoires et de plus délimités dans le temps; il n'y a que des états de langue qui sont perpétuellement la transition entre l'état de la veille et celui du lendemain» (ibid., p. 165).

guagem, encarada sob o ângulo do “que se passa todos os dias na língua”, das “condições permanentes” dos factos de linguagem, e depende do movimento inesgotável destes últimos ou do seu perpétuo devir. Fundamentalmente oposta, não à morte, mas à ordem imutável ou à “imobilidade absoluta”, e posta como uma espécie de evidência, imanente aos factos de linguagem, a *vida semiológica* permanece no entanto um objeto difícil de circunscrever e de definir. O seu estatuto está por re-construir, numa procura que incida em definitivo sobre os próprios fundamentos do projeto epistemológico saussuriano.

Esse projeto diferencia-se claramente dos outros paradigmas linguísticos que mobilizam a noção de “vida”. Rompe não apenas, como se viu, com o da linguística naturalista mas é também claramente distinto das abordagens centradas sobre “a vida das significações”, como a de Darmesteter (*La vie des mots*, 1887). O projeto deste autor releva de uma psicologia das significações e situa-se na continuidade das gramáticas lógicas, explorando as ferramentas epistemológicas da biologia. Consiste num estudo das significações e das suas mudanças no curso do tempo (e não num estudo das mudanças fonéticas), visando detetar os procedimentos lógicos e as causas psicológicas que determinam a evolução do sentido das palavras. A “vida das palavras” é, neste quadro, a “vida intelectual e moral que o nosso pensamento dá às palavras” (*op. cit.*, p. 26), uma vida que é emprestada aos sons pelo espírito logo que este os encarrega de exprimir ideias. Mas ainda que as causas sejam de ordem psicológica, os procedimentos de mudança das significações são concebidos e formalizados sob forma de estados, à luz da evolução orgânica: as significações nascem, desenvolvem-se e morrem sob a ação do pensamento e segundo as necessidades de expressão do espírito. Para além da conotação biológica, uma tal conceção coloca a Saussure um problema filosófico e epistemológico maior, a saber, que o processo evolutivo evocado se inseriria num transformismo afetando *separadamente e/ou sucessivamente* quer os sons quer as significações. Este tipo de posição aceita portanto a separação entre forma e conteúdo, captados nas suas propriedades primeiras: física para a primeira, psíquica para o segundo. Nesta perspetiva, realidade fónica e significação seriam dados prévios, cada uma vivendo e mudando na sua ordem própria, independentemente do sistema da língua. Cada ordem comportaria unidades que se poderiam captar e estudar em si mesmas, enquanto entidades de dois domínios diferentes, tendo no entanto em comum o princípio de evolução – esta é, especificamente, a conclusão do estudo de Darmesteter. Da mesma forma, para Whitney (*La vie du langage*, 1875), o tratamento distinto das mudanças de sons e das mudanças de sentido é justificado não apenas do ponto de vista metodológico mas corresponde a uma “distinção natural”, argumentando o autor que uma palavra pode mudar de forma sem que o seu sentido mude, que pode mudar de sentido mantendo a sua forma, ou ainda que pode sofrer os dois tipos de mudança sem que haja homologia entre eles:

“Neste facto fundamental de o signo articulado ser um signo convencional e de só estar ligado ao conceito por uma associação mental encontra-se a

razão que torna possíveis as mudanças de forma e as mudanças de sentido. Se esse laço fosse natural, interno, necessário, isso implicaria que qualquer mudança no conceito produziria uma mudança análoga no signo. Ora, no caso de que nos ocupamos [trata-se do exemplo *évêque*], a ideia cresceu enquanto a palavra se contraiu e foi reduzida ao ponto de não ser mais do que um fragmento de si própria.” (Whitney, *op. cit.*, pp. 40-41)⁹.

Saussure opunha-se pelo menos tanto a este dualismo associado à noção de “vida” por alguns dos seus contemporâneos como se opunha ao transformismo naturalista, e é aliás por essa razão que contestará o convencionalismo tradicional, incluindo o de Whitney: o laço semântico não se estabelece entre unidades previamente delimitadas; a individualidade e a unidade do signo não são o resultado da associação de duas entidades positivas, tal como a natureza do signo não é, em rigor, psicofísica. A especificidade da “vida semiológica” está assim, para Saussure, fortemente ligada à especificidade da “entidade que vive”, entidade cujo caráter dual deve ser fundamentalmente repensado.

Como mostram as citações iniciais, a “vida” semiológica evocada por Saussure declina-se em várias problemáticas, que trataremos a seguir: o caráter convencional do laço semântico; o fundamento da identidade, ou mesmo da objetividade dos factos de linguagem; as relações que as unidades linguísticas mantêm no interior do sistema; a circulação e a transmissão das línguas e dos signos; o seu funcionamento aberto tendo em conta a atividade social e psicológica. Orientada tanto para dimensões “essenciais” como para dimensões funcionais, a vida semiológica pode apreender-se tanto ao nível da língua como ao nível do signo. Língua e signo não são realidades “vivas” disjuntas, mas antes entradas metodológicas diferentes para apreender um mesmo fenómeno: o perpétuo devir de uma essência dupla.

2. Da dupla essência...

O problema da dupla essência está estreitamente ligado à questão da bifacialidade do signo e à do fundamento da sua identidade (cf. 3.2.) enquanto unidade semiótica. Como tem sido frequentemente sublinhado, uma das originalidades da abordagem saussuriana reside na apreensão da própria natureza dos dois elementos que se encontram ligados num signo. A dualidade do signo não diz respeito à relação entre palavras e coisas, nem à relação entre

⁹ (N.T.) «Dans ce fait fondamental que le signe articulé était un signe conventionnel et qu’il n’était lié au concept que par le lien d’une association mentale, se trouve la raison qui rend possibles ses changements de forme et ses changements de sens. Si le lien était naturel, interne, nécessaire, il s’ensuivrait que tout changement dans le concept, produirait un changement analogue dans le signe. Or, dans le cas qui nous occupe [il s’agit de l’exemple *évêque*], l’idée a grandi pendant que le mot s’est contracté et a été réduit partout à n’être plus qu’un fragment de lui-même.» (Whitney, *op. cit.*, pp. 40-41).

sons e ideias; consiste numa dualidade *interna* à “ordem espiritual”, sendo os dois elementos envolvidos de natureza *psíquica*:

“[...] o nosso ponto de vista constante será dizer que também o signo, e não apenas a significação, é um puro facto de consciência.” (ELG, p. 19).¹⁰

Por outras palavras, o signo procede de uma dupla apreensão psicológica (sob forma de imagens mentais que resultam de classificações) dos fenómenos físicos sonoros, por um lado, e dos “objetos”, por outro lado; e são os produtos desta apreensão psicológica que são postos em correspondência. O signo aparece portanto, à partida, como uma “entidade psíquica de duas faces” que “une, não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica” (CLG, pp. 98-99); ou ainda como “associação de dois elementos igualmente imateriais, mas absolutamente diferentes” (in Godel, 1957, p. 190), “dualidade incessante”, “associação de dois elementos heterogéneos”, “ponto de junção de dois domínios”, “*acoplamento de objetos heterogéneos*” (ELG, pp. 17-20).

Mas, de forma aparentemente paradoxal, esta problematização da dualidade articula-se de facto, em Saussure, com a tentativa de conceptualizar a unidade do signo: concebê-lo como unidade coerente apesar de não simples, como “ser total” ainda que fundado sobre uma heterogeneidade irreduzível. A insistência de Saussure sobre a indissociabilidade dos dois domínios é recorrente, obstinada mesmo, o que exige repensar a essência dual em termos de união e não de separação, de síntese e não de adição, estando os dois domínios em *interação estruturante*¹¹. O estudo do facto de linguagem requer, então, uma verdadeira inversão metodológica, que consiste em tratar primeiro a união associativa para a seguir (re)apreender os dois elementos que nela estão integrados, em vez de tratar primeiro os dois elementos disjuntos para analisar depois as condições da sua associação.

Esta inversão decisiva pede alguns comentários, em função das suas implicações epistemológicas mas também – como nota Pétroff (1993) – em função da sua ulterior redução a uma antinomia¹², em oposição absoluta com o núcleo duro da teoria saussuriana e com o espírito geral que lhe é subjacente.

¹⁰ (N.T.) «[...] notre point de vue constant sera de dire que non seulement la signification mais aussi le signe est un fait de conscience pur.» (ELG, p. 19).

¹¹ A este propósito, parece-nos fundamental a comparação da entidade linguística com a água (in Godel, *op. cit.*, p. 190): “Mas se se decompõe a água linguística retendo o H. ou o O., deixa de se ter a entidade linguística”. Portanto, se se quer estudar a água, é preciso tomar em consideração as suas características próprias, e não as do oxigénio ou do hidrogénio.

¹² De resto, esta redução da dualidade a antinomia afetou a obra saussuriana no seu conjunto: manifestando-se como (e perpetuando uma) leitura disjuntiva, gerou interpretações a que falta muita vez o carácter *interativo* das díades (língua-fala; sincronia – diacronia; forma – substância; sintagma – paradigma). Estas distinções metodológicas foram erigidas em separações quase ontológicas, que transformam as faces diádicas em “coisas supostas existir e funcionar por si mesmas”, fora das suas interações.

Saliente-se em primeiro lugar que, apesar de fundada sobre a dualidade dos fenômenos, a dupla essência ultrapassa-a inevitavelmente: tem a sua própria coerência na medida em que a sua constituição coincide com e assenta sobre um *princípio de estruturação interna* que lhe é próprio, a saber, *a discretização arbitrária*. Não sendo nem pré-estruturada nem unilateralmente estruturada (pelos *sons* ou pelas *ideias*) segundo um princípio que lhe seria então anterior ou externo, a dupla essência ignora qualquer organização preestabelecida, para se estabelecer *em e segundo* uma ordem própria, o que comporta – além da tomada de consciência de uma realidade – consequências metodológicas incontornáveis:

“Os dois caos, ao unirem-se, dão uma *ordem*. Nada é mais vão do que querer estabelecer a ordem separando-os. Como sabemos, ninguém pensa em os separar radicalmente. Limitam-se a libertá-los um do outro e a partir *ad libitum* disto ou daquilo, depois de ter previamente feito disto ou daquilo algo que é suposto existir por si só. É a isso, precisamente, que chamamos querer libertar os dois caos, e é isso que julgamos ser o vício fundamental das considerações gramaticais a que estamos habituados”. (ELG, pp. 51-52)¹³

Neste excerto, como nas notas saussurianas em geral, a noção de *ordem* não reenvia para uma harmonia “serena” que se oporia ao caos. Serve para designar um domínio enquanto tal e o seu modo específico de organização: trata-se da “ordem de factos” a considerar, em ocorrência factos de linguagem, que é complexa na medida em que é dupla. A ordem complexa não reside na adição de duas ordens simples e opostas, mas numa forma de organização correlativa, que explora a heterogeneidade dessas duas ordens ao mesmo tempo que ultrapassa ambas, qualitativamente e em relação às suas características primeiras; daí decorre, para a linguística, “a infelicidade de correr em duas ordens de factos separados, quando só a correlação cria o *facto a considerar*” (ibid., p. 238).

Sublinhe-se em seguida que esta conceção da dualidade como díade não antinómica se inscreve, para Saussure, numa problemática filosófica fundamental, que transcende a questão do signo como unidade ou estrutura e que tem a ver com a própria *natureza* do signo e, nessa medida, com a da linguagem humana:

“O dualismo profundo que divide a linguagem não reside no dualismo do som e da ideia, do fenómeno vocal e do fenómeno mental; essa é a forma fácil e perniciosa de o conceber. Esse dualismo reside na dualidade do fenóme-

¹³ (N.T.) «Les deux chaos, en s'unissant, donnent un ordre. Il n'y a rien de plus vain que de vouloir établir l'ordre en les séparant. Personne, nous le savons, ne songe à les séparer radicalement. On se borne à les dégager l'un de l'autre et à partir ad libitum de ceci ou de cela après avoir préalablement fait de cela ou de ceci une chose censée exister par soi même. C'est là justement ce que nous appelons vouloir séparer les deux chaos, et ce que nous croyons être le vice fondamental des considérations grammaticales auxquelles nous sommes habitués.» (ELG, pp. 51-52)

no vocal COMO TAL, e do fenómeno vocal COMO SIGNO – do facto físico (objetivo) e do facto físico-mental (subjeto), de forma nenhuma do facto “físico” do som por oposição ao facto “mental” da significação. Há um primeiro domínio, interior, psíquico, em que existe tanto o signo como a significação, um indissociavelmente ligado à outra; e há um segundo, exterior, em que já só existe o “signo”, mas esse signo reduzido a uma sucessão de ondas sonoras só merece, para nós, o nome de figura vocal” (ibid., pp. 20-21).^{14 15}

Esta reflexão incide, como se pode constatar, sobre “domínios”, “fenómenos”, “factos”, sobre o estatuto que têm uns em relação aos outros, e abre um lugar abstrato que faz coincidir a natureza da linguagem com a do signo. Instaura assim a linguagem, primordialmente, como lugar de produção dos signos¹⁶ e esclarece de forma particular o estatuto da dualidade, na medida em que estabelece uma relação entre os domínios físico e psíquico, expressa não em termos de oposição e/ou de antinomia mas em termos de interioridade-exterioridade, tendo em conta a natureza do signo. A posição epistemológica aqui formulada, e de que Saussure nunca se afasta, consiste na rutura com uma dupla tradição dualista. Em primeiro lugar, recusa assentar a reflexão sobre a linguagem sobre o pano de fundo do dualismo “primário”, ou “de substância”, que separa radicalmente o físico e o psíquico, o som material e as ideias, e que é em si mesmo uma “forma fácil e perniciosa” de conceber a dupla essência. Recusa depois o dualismo “derivado” que consiste em admitir (implicitamente) a disjunção radical entre pensamento e linguagem e que se exprime através da tese da preponderância de um pensamento pré-

¹⁴ (N.T.) «Le dualisme profond qui partage le langage ne réside pas dans le dualisme du son et de l'idée, du phénomène vocal et du phénomène mental; c'est là la façon facile et pernicieuse de le concevoir. Ce dualisme réside dans la dualité du phénomène vocal COMME TEL, et du phénomène vocal COMME SIGNE – du fait physique (objectif) et du fait physico-mental (subjectif), nullement du fait «physique» du son par opposition au fait «mental» de la signification. Il y a un premier domaine, intérieur, psychique, où existe le signe autant que la signification, l'un indissolublement lié à l'autre; il y en a un second, extérieur, où n'existe plus que le «signe», mais à cet instant le signe réduit à une succession d'ondes sonores ne mérite pour nous que le nom de figure vocale.» (ibid., pp. 20-21).

¹⁵ O uso do termo *signo* pode parecer ambíguo visto que designa, nos escritos saussurianos, tanto a unidade signo na sua totalidade (por vezes chamado *sema*) como o que será mais tarde chamado *significante*, quer dizer, a face vocal do signo. As pesquisas terminológicas de Saussure e os neologismos que forjou para os abandonar a seguir (*aposème* ou *sôme* para o significante, *contre-sôme*, *anti-sôme*, *parasôme* para o significado) dão testemunho das suas dúvidas quanto à própria pertinência de dissecar o todo do signo (que, pelo contrário, procura elaborar como “uma espécie de personalidade”) em termos antinómicos que acentuem a separação. O abandono dos neologismos é um correlato, no plano terminológico, da sua postura anti-dualista, a partir da qual recusa a existência das faces “expressão” e “conteúdo” prévias ao (ou independentes do) signo tomado na sua totalidade. (ELG, pp. 93-119).

¹⁶ Tendo em conta as oscilações de Saussure entre conceções da linguística como semiologia vs. da semiologia como linguística, é importante destacar que, como pano de fundo dessa hesitação, se perfila, em definitivo, a questão da dupla natureza, que permite conceber a linguagem como atividade semiótica: “A linguagem não é nada mais do que um caso particular da teoria dos Signos” (ELG, p. 220).

-organizado relativamente ao qual a linguagem não seria mais do que uma tradução ou um reflexo (cf. 3.1.):

“O que é falso é pensar que haja algures formas (que existam por si próprias, fora do seu emprego) ou ideias (que existam por si próprias, fora da sua representação).” (ibid., p. 31)¹⁷

Esta transposição do fundo dualista não é de forma nenhuma contraditória com a afirmação da *dualidade fenomenal* que a linguagem cria e em que se inscreve. A linguagem cria a dualidade, instaurando-a entre o fenómeno vocal como substância, quer dizer, funcionando segundo um regime propriamente físico, e o fenómeno vocal “como signo”, que só existe em função do signo na sua totalidade. A linguagem inscreve-se na dualidade na medida em que o fenómeno vocal “como signo”, funcionando segundo um regime psíquico, nem por isso se transforma em ideia mas preserva, como um prolongamento imaterial da substância, a característica “vocal” ao mesmo tempo diferente da ideia e associada a ela. O facto vocal “como signo” realiza uma vertente da “vocalidade” cuja propriedade essencial é libertar-se do regime material de funcionamento, externo ao signo (e que “só merece, para nós, o nome de figura vocal”), para existir num regime de funcionamento distinto e novo, imaterial e associativo, e portanto interno ao signo. Se o facto vocal “como signo” não é uma substância, se – em parte por razões semelhantes – o estatuto mundano do referente não tem relação com o signo, se, numa palavra, a essência da linguagem não é substância, é porque o facto de linguagem não assenta numa exploração da substância *enquanto tal*, nas suas características e organização propriamente físicas.

No entanto, esta libertação da substância – largamente comentada pela exegese saussuriana¹⁸ – é insuficiente em si mesma para captar a natureza da linguagem, na medida em que este processo acontece em simultâneo com outro: a libertação relativamente ao pensamento primário. Ainda que este tenha uma existência independente da linguagem, não é mais do que “uma massa amorfa e indistinta” (CLG, p. 155) que não é explorada (nem explorável), enquanto tal, pelo facto de linguagem. Daqui decorre que, trate-se de signo ou de linguagem, a dessubstancialização que está aqui em causa não é automaticamente psicologização, o que equivaleria a uma simples absorção perceptiva e passiva dos sons:

“Não há, portanto, materialização dos pensamentos nem espiritualização dos sons, trata-se antes deste facto de alguma forma misterioso de o ‘pen-

¹⁷ (N.T.) «Ce qui est faux, c’est de penser qu’il y ait quelque part des formes (existant par elles-mêmes hors de leur emploi) ou quelque part des idées (existant par elles-mêmes hors de leur représentation).» (ibid., p. 31)

¹⁸ Ver nomeadamente De Mauro, 1969, e Rastier, 2003.

samento-som' implicar divisões e de a língua elaborar as suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas.”¹⁹

Uma vez que a dupla essência não reside num mecanismo de conversão (dos sons em pensamentos ou dos pensamentos em sons) nem passa por substituição (de um domínio por outro), a sua natureza diádica aparece imediatamente como um “*paralelismo de libertação*” *através da fusão*; por outras palavras, como criação ou emergência de uma nova ordem, que é uma *forma autónoma* de reexploração conjunta de dois domínios, um “acoplamento” desses dois domínios para além da sua heterogeneidade constitutiva.

Esta coexistência imaterial dos dois domínios numa essência autónoma e coerente é, além do mais, *ativa*. Realiza-se e manifesta-se essencialmente sob forma *processual*, tese que sustenta, do nosso ponto de vista, o conjunto da teoria saussuriana e de que testemunham algumas ocorrências do termo “ação”:

“Como a linguagem não oferece, em nenhuma das suas manifestações, uma *substância* mas apenas *ações* combinadas ou isoladas de forças fisiológicas, físicas, mentais, e como no entanto todas as nossas distinções, toda a nossa terminologia, todas as nossas formas de falar são moldadas a partir dessa suposição involuntária de uma substância, não nos podemos recusar, antes de tudo o mais, a reconhecer que a teoria da linguagem terá como tarefa essencial destrinçar o que se passa com as nossas distinções primeiras.” (ELG, p. 197)²⁰

Habitualmente, é a “forma” que se opõe à substância. E é precisamente por isso que nos parece significativo que “ação” apareça como termo substitutivo dessa oposição²¹, uma vez que designa uma combinatória de forças e induz assim uma *captação dinâmica da forma*. Esta última, ainda que (co)produzida, não é um produto estático ou rígido, o que implica qualitativamente que o seu modo de existência coincida com a sua perpétua (re)produção; o que implica estruturalmente, uma vez que o “pensamento-som implica divisões” que quebram a continuidade amorfa, que o próprio proces-

¹⁹ (N.T.) «Il n’y a donc ni matérialisation des pensées, ni spiritualisation des sons, mais il s’agit de ce fait en quelque sorte mystérieux que la ‘pensée-son’ implique des divisions et que la langue élabore ses unités en se constituant entre deux masses amorphes.» (ibid., p. 156)

²⁰ (N.T.) «Comme le langage n’offre sous aucune de ses manifestations une substance mais seulement des actions combinées ou isolées de forces physiologiques, physiques, mentales, et comme néanmoins toutes nos distinctions, toute notre terminologie, toutes nos façons de parler sont moulées sur cette supposition involontaire d’une substance, on ne peut se refuser, avant tout, à reconnaître que la théorie du langage aura pour plus essentielle tâche de démêler ce qu’il en est de nos distinctions premières.» (ELG, p. 197)

²¹ Seja qual for, aliás, a aceção “precisa” do termo ação (e desde que exista uma), a dimensão dinâmica dessa noção preserva a sua pertinência (cf. Engler, 1988). Quelle que soit par ailleurs l’acception «précise» du terme action (et pour autant qu’il y en ait une), la dimension dynamique de cette notion préserve sa pertinence (cf. Engler, 1988).

so de discretização é ilimitado e potencialmente reproduzível até ao infinito. Signo ou linguagem, a dupla essência é uma realidade formal ativa, e é nessa medida que a dualidade é propriamente “incessante” e se opõe a qualquer “repouso absoluto”. E mesmo que essa “atividade incessante” não determine em si mesma as formas sociais de realização da linguagem que são as línguas naturais, tal como não determina as manifestações concretas da fala nem chega por si só para explicar a forma como elas se transformam continuamente, constitui apesar de tudo o substrato ativo que as sustenta e que “afeta” *a partir do interior* o seu funcionamento e a sua transformação.

3. ... à unidade semiótica essencial

3.1. O arbitrário como princípio social de estruturação

Assim colocado, o problema da dupla essência situa-se, teoricamente, a montante de qualquer linguística ou da distinção metodológica entre linguagem, língua e fala. Logicamente a montante mas não de fora, porque língua e linguagem devem ser concebidas numa “reciprocidade permanente”, sendo a linguagem “ao mesmo tempo a aplicação e o gerador contínuo da língua (ibid, p. 129). A linguagem só se manifesta através das línguas naturais – que por sua vez não têm corpo [...] fora dos indivíduos falantes” (ibid.) –, os signos só existem efetivamente em função do sistema que os estrutura perpetuamente, o que equivale a dizer que esta dupla essência não é ontologicamente anterior nem exterior à sua realização social no quadro de uma língua natural²². Por outras palavras, o seu modo de existência “natural” é tanto (duplamente) psicológico como social, uma vez que a potencialidade estruturante da essência dual se realiza em ato através de um princípio social de estruturação: o contrato, a convenção ou o consentimento coletivo. Saído da vida social e encontrando as suas origens na atividade coletiva, o caráter convencional da estruturação diz respeito, em primeiro lugar, à relação semiótica ou à “vida interna” do signo:

“O contrato é convencional entre [] mas é um contrato que já não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do signo, uma vez que essa vida do signo assenta sobre o contrato.” (ibid., p. 103)²³

A arbitrariedade do signo, na aceção de relação imotivada entre as duas instâncias que une, foi posta em evidência pelos convencionalistas da Antiguidade grega, nomeadamente por Aristóteles, e parece admitida por toda a

²² Isso não exclui que os dois domínios envolvidos, os sons e o psiquismo primário, considerados enquanto tal e cada um com as suas propriedades, sejam ontologicamente anteriores ou exteriores à essência dupla.

²³ (N.T.) «Le contrat est conventionnel entre [], mais c’est un contrat qui ne peut plus être brisé, à moins de supprimer la vie du signe, puisque cette vie du signe repose sur le contrat.» (ibid., p. 103)

gente. Se é verdade que designa, também em Saussure, a ausência de afinidade natural entre a face “conteúdo” e a face “expressão” do signo, sofre ao mesmo tempo uma deslocação que lhe atribui uma nova dimensão, devida principalmente à *localização* da relação semiótica na ordem do “espiritual”. Como se sabe, Saussure rejeita a conceção da língua como nomenclatura: o carácter imotivado do signo não diz respeito, portanto, à imotivação da aplicação das palavras aos objetos, o que equivaleria a considerar os últimos como preformados, mas aplica-se à construção da própria “palavra” enquanto entidade de e na ordem espiritual. Mais precisamente, trata-se da imotivação da “atração” recíproca entre duas espécies de representações, respetivamente entre um conceito e uma imagem acústica:

“não há qualquer imagem vocal que responda mais do que uma outra àquilo que está encarregada de dizer” (ibid., p. 219).^{24 25}

“não só os dois domínios ligados pelo facto linguístico são confusos e amorfos, mas a escolha que **atrai determinada parcela acústica para determinada ideia** é perfeitamente arbitrária.” (CLG, p. 157)²⁶

Isto significa que, embora os conceitos e as imagens acústicas sejam elaborados ao nível psicológico, isso não assegura de forma autárquica que se estabeleça a correspondência entre eles: a associação geradora de unidades semióticas realiza-se necessariamente sob forma social, sem o que as unidades (desde que possam constituir-se ou que o humano delas sinta necessidade) permaneceriam produtos idiossincráticos e a comunicação seria impossível. Ora, e essa é a sutileza da conjunção operada, *a relação semiótica convencional gera socialmente a relação psicologicamente imotivada entre conceitos e imagens acústicas*. Daí decorre que, tal como “arbitrário” e “convencional” não são sinónimos (cf. Coseriu, 1967), “imotivado” e “necessário” não estão numa relação antinómica porque não se situam ao mesmo nível. A relação é não motivada psicologicamente no sentido em que a pertença de dois elementos à ordem espiritual não exige, nem condiciona, nem impõe *um certo* relacionamento (“espiritualmente” motivado?), direto e unívoco. No entanto, a relação é igualmente necessária [“é um contrato que já não pode ser quebrado”] porque é em função desse laço que as unidades-

²⁴ (N.T.) «il n’y a point d’image vocale qui réponde plus qu’une autre à ce qu’elle est chargée de dire» (ibid., p. 219).

²⁵ O termo “imagem” é problemático na medida em que pode ser assimilado iconicamente a uma espécie de “semelhança”, ao passo que o seu papel é sobretudo designar a vertente psíquica e não física do som. De resto, como testemunham as notas de Dégallier, Saussure não deixa de ser prudente a respeito desse conceito: “A propósito do termo: imagem acústica. Em geral, uma imagem tem um laço com a coisa que representa. [...]. É preciso que fique entendido que tomamos imagem no seu sentido mais geral” (in Godel, 1957, p. 192).

²⁶ (N.T.) «Non seulement les deux domaines reliés par le fait linguistique sont confus et amorphes, mais le choix qui appelle telle tranche acoustique pour telle idée est parfaitement arbitraire.» (CLG, p. 157)

-signos existem [“essa vida do signo assenta sobre o contrato”] e que a ordem da linguagem emerge e funciona como ordem de factos *distinta* da própria ordem psíquica, tendo portanto uma certa autonomia em relação a esta última, apesar de estar em interação com ela. A imotivação da atração psicológica não é, portanto, de forma nenhuma contraditória relativamente à necessidade de atração semiótica²⁷.

Desde que se instaura entre produtos de natureza psíquica, o “contrato coletivo” institui a (inter)ação social como fator interno do processo de reorganização psicológica através da elaboração de unidades semióticas (cf. Bronckart, 2002; 2003). Estas últimas, sediadas quer no indivíduo quer na “massa falante”, não podem dissociar o princípio social que as funda à partida como unidades comunicativas do carácter biface que as institui como unidades de representação. Uma primeira consequência desta arbitrariedade equivale a admitir, à partida e por princípio, a vertente social da estruturação semiótica individual, em conjunto com o trabalho psicológico individual de elaboração efetiva de unidades semióticas. Uma segunda consequência tem a ver com a indissociabilidade constitutiva – que nem por isso é indistinção – do aspeto estrutural e do aspeto funcional do signo, sendo este último, desde a sua emergência e indissolúvelmente, uma unidade de representação e de comunicação (cf. 3.3: o estatuto da transmissão).

O carácter convencional da estruturação diz respeito, em seguida, à vida do sistema no seu conjunto e aos “limites” configurantes dos signos, na medida em que cada língua natural “recorta”, diferencia e reorganiza coletivamente as imagens ou as representações de uma forma radicalmente arbitrária, que de modo nenhum obedece à organização dos objetos no mundo:

“Por fim, quase nem é necessário dizer que **a diferença dos termos que faz o sistema** de uma língua nunca corresponde, nem que fosse na língua mais perfeita, às verdadeiras relações entre as coisas; e que, por conseguinte, não há nenhuma razão para esperar que os termos se apliquem completamente ou mesmo muito incompletamente a objetos definidos, materiais ou não” (ELG, p. 76)²⁸

Se “a diferença de termos que faz o sistema” não assenta nas relações entre as coisas, também não assenta no estabelecer prévio de unidades lógicas:

“Se as palavras se encarregassem de representar conceitos antecipadamente estabelecidos, cada uma delas teria correspondentes exatos para o sentido, de uma língua para outra; ora não é assim. O francês diz indiferentemente *louer (une maison)* para «prendre à bail» e «donner à bail», quando o ale-

²⁷ É por esta razão que a famosa crítica de Benveniste (1966) a Saussure é inapropriada.

²⁸ (N.T.) «Enfin, il est à peine besoin de dire que la différence des termes qui fait le système d’une langue ne correspond nulle part, fût-ce dans la langue la plus parfaite, aux rapports véritables entre les choses; et que par conséquent il n’y a aucune raison d’attendre que les termes s’appliquent complètement ou même très incomplètement à des objets définis, matériels ou autres.» (ELG, p. 76)

mão utiliza dois termos: *mieten* et *vermieten*; não há, portanto, correspondência exata de valores.” (CLG, p. 161)^{29 30}

Mais ainda, a diferenciação de termos escapa totalmente ao controle racional ou a qualquer regra lógica. Como evidenciam claramente as notas para um artigo sobre Whitney, os signos fundam-se “sobre a própria não razão” e a organização do sistema da língua não se deixa “corrigir ou dirigir pela razão humana”. A arbitrariedade radical estabelece o caráter social da estruturação semiótica como intrínseca à organização dos signos em sistema, não sendo esta última nem um reflexo das “relações entre as coisas” nem “à imagem da nossa razão individual”:

“porque, de facto, a partir do momento em que o sistema de signos pertence à coletividade, nada garante que seja ainda uma razão interior, uma razão feita à imagem da nossa razão individual, que vai continuar a governar a relação entre o signo e a ideia. **Já não sabemos que força e que lei** (forças e lei ou por que leis, no plural) **vão estar misturadas à vida deste sistema de signos**, não podemos sabê-lo, adivinhá-lo, antes precisamente de as ter estudado, observado, num estudo profundamente diferente daquele que consiste em presumir as condições *normais ou puramente racionais* do signo face à ideia (de acordo com uma medida racional, []).» (ELG, p. 289)³¹

Esta contingência de estruturação funda a *autonomia* de cada língua na medida em que cada sistema se organiza numa co-dependência, socialmente gerida, dos signos *entre eles*: estes últimos partilham de forma necessária mas aleatória a “matéria” a representar/comunicar. Esta segunda dimensão da arbitrariedade ultrapassa e prolonga a imotivação da relação semiótica, dirigindo-se precisamente à formatação dos signos no interior de um sistema, conferindo-lhes uma autonomia em relação aos objetos referidos e à sua organização no mundo, assim como, em rigor, ao funcionamento psico-lógico. Daqui decorre que as noções de significante e de significado só ga-

²⁹ (N.T.) Onde se lê “O francês diz indiferentemente *louer (une maison)* para «prendre à bail» e «donner à bail», poder-se-á ler, sem qualquer prejuízo de sentido: O português diz indiferentemente *alugar (uma casa)* para “tomar de aluguer” e “entregar de aluguer”.

³⁰ (N.T.) «Si les mots étaient chargés de représenter des concepts donnés d’avance, ils auraient chacun, d’une langue à l’autre, des correspondants exacts pour le sens; or il n’en est pas ainsi. Le français dit indifféremment *louer (une maison)* pour «prendre à bail» et «donner à bail», là où l’allemand emploie deux termes: *mieten* et *vermieten*; il n’y a donc pas correspondance exacte des valeurs.» (CLG, p. 161)

³¹ (N.T.) «parce qu’en effet rien ne garantit plus depuis le moment où le système de signes appartient à la collectivité que ce soit une raison intérieure, une raison faite à l’image de notre raison individuelle, qui va continuer à gouverner le rapport du signe et de l’idée. Nous ne savons plus quelle force et quelle loi (forces et loi ou par quelles lois au pluriel) vont être mêlées à la vie de ce système de signes, nous ne pouvons pas le savoir, deviner, avant précisément de les avoir étudiées, observées par une étude profondément différente de celle qui consiste à se représenter les conditions normales ou purement rationnelles du signe vis-à-vis de l’idée (selon une mesure rationnelle, []).» (ELG, p. 289)

nham verdadeiramente sentido relativamente ao sistema da língua: por um lado, significante e significado são, cada um deles, socialmente organizados (e portanto não equivalentes ou sobreponíveis às imagens acústicas ou aos conceitos, que permanecem produtos psicológicos); por outro lado, estas duas unidades só adquirem esse estatuto em virtude de uma unidade-signo na sua totalidade: “os sons só existem, só vivem e só se modificam no seio das palavras.” (ibid., p. 180)³²

Apesar das numerosas discussões sobre o princípio da arbitrariedade saussuriano³³, não parece que ele tenha já sido compreendido em todas as suas facetas. Ou, se o dissermos com palavras de Saussure, ainda que este princípio “domine toda a linguística” e apesar das suas inúmeras consequências, “elas não aparecem todas à primeira vista com igual evidência; só se descobrem depois de alguns desvios e com elas a importância primordial do princípio” (CLG, p. 100). De facto, considerado em si mesmo, visto unicamente sob o ângulo da sua qualidade primeira, ele aparece ainda e sempre como convenção, como a alternativa social ao naturalismo ou ao essencialismo. Guarda evidentemente esta qualidade em Saussure; no entanto, a relação entre a sua natureza social e a natureza das “entidades” formais que liga ao mesmo tempo que configura revela-o como um *princípio único de estruturação semiótica, sustentado por uma dupla orientação da ação social*, esta última interagindo continuamente com a elaboração psíquica individual. Esta ação manifesta-se, por um lado, no interior do signo, através da correspondência imotivada mas necessária que produz o signo a partir do interior; por outro lado, manifesta-se no interior do sistema, como modelação aleatória mas indispensável que configura os signos configurando as suas faces. Como união de duas instâncias de natureza psíquica mas modeladas socialmente, o signo é por natureza a arena de uma incessante tensão entre individual e coletivo, um organizador social da elaboração psíquica individual e, ao mesmo tempo, o meio pelo qual esta se confronta permanentemente com a elaboração de outros³⁴:

“[...] se esse meio da coletividade muda tudo para o sistema de signos, esse meio é também, desde a origem, o verdadeiro lugar de desenvolvimento para que tende, desde que nasce, um sistema de signos: um sistema de signos propriamente feito para a coletividade, como o navio para o mar. **Ele só é feito para o entendimento entre vários ou muitos, não para o entendimento a sós.** É por isso que, ao contrário do que parece, em nenhum momento o **fenómeno sociológico, seja ele qual for, deixa fora de si próprio o elemento da coletividade social:** a coletividade social e as suas leis é um dos seus

³² (N.T.) «les sons n'existent, ne vivent et ne se modifient qu'au sein des mots.» (ibid., p. 180).

³³ Cf. Coseriu, op. cit; Engler, 1964, Hagège, 2003.

³⁴ Vejam-se as conceções desenvolvidas por Pagliaro & De Mauro em La forma linguistica, que constroem um “diálogo” entre subjetividade e historicidade da atividade de linguagem.

elementos *internos* e não *externos*, este é o nosso ponto de vista” (ELG, pp. 289-290)³⁵

Tendo em conta a nossa análise da dupla essência, se o signo pode com efeito aparecer à primeira vista como uma “entidade psíquica de duas faces”, isso só reflete uma parte da sua natureza, a saber, a sua pertença à “ordem espiritual” ou a sua imaterialidade ativa, portadora de uma *capacidade de estruturação*. Contudo, fora do *princípio de estruturação* duplamente arbitrário e eminentemente social, essa capacidade não é mais do que uma potencialidade não realizada, uma disposição psíquica para sempre enterrada no encontro não consumado de duas massas amorfas.

Este exame da dupla essência e do princípio da arbitrariedade, apesar do caráter inevitavelmente artificial dos recortes através dos quais o conduzimos, permite-nos apesar de tudo captar algumas das suas “inúmeras consequências”.

Em primeiro lugar, se a linguagem é uma capacidade comum a todos os humanos, essa comunidade diz respeito, essencialmente, à capacidade dinâmica de combinar “forças fisiológicas, físicas, mentais” e de dispor assim, potencialmente, de uma *dinâmica da estruturação* suscetível de acolher qualquer língua natural. Os fundamentos da linguagem são, portanto, de natureza eminentemente práxica.

Em segundo lugar, uma vez que a linguagem *só* se realiza no quadro das línguas naturais, essa dupla essência, apesar de ativa, não se manifesta nunca como tal, mas unicamente através de múltiplas formas sociais de realização. Decorre daí que o traço comum das línguas naturais não é da ordem da estrutura enquanto produto, mas *da estruturação efetiva enquanto processo*. Embora diga respeito *in abstracto* à essência da linguagem, essa estruturação só pode realizar-se sob uma forma praxio-social.

Em terceiro lugar, o signo como unidade linguística é, ao mesmo tempo, resultado do processo de estruturação tal como é realizado por uma língua e veículo perpétuo desse mesmo processo, na medida em que traz em si mesmo a arbitrariedade, quer dizer, o próprio princípio da sua (re)estruturação. E sempre como unidade linguística, não tem estabilidade intrínseca: a sua estabilização é produto de uma convenção, de uma indexação social que pode, secundariamente, incidir sobre a relação que os signos mantêm com a realidade extralinguística. Nesse sentido, a estabilidade do signo só é produzida

³⁵ (N.T.) «[...] si ce milieu de la collectivité change toute chose pour le système de signes, ce milieu est aussi dès l’origine le véritable endroit de développement où tend dès sa naissance un système de signes: un système de signes proprement fait pour la collectivité comme le vaisseau pour la mer. Il n’est fait que pour s’entendre entre plusieurs ou beaucoup et non pour s’entendre à soi seul. C’est pourquoi à aucun moment, contrairement à l’apparence, le phénomène sémiologique quel qu’il soit ne laisse hors de lui-même l’élément de la collectivité sociale: la collectivité sociale et ses lois est un de ses éléments internes et non externes, tel est notre point de vue.» (ELG, pp. 289-290)

pelo uso, experimentada pelo locutor ou pela comunidade, temporária em relação ao sistema e relativa face a outros signos.

Finalmente, em quarto lugar, a relação que os signos mantêm com os objetos do mundo não é da ordem da aplicação ou da correspondência direta:

“[Os signos] não têm em momento nenhum a pretensão de se aplicar a um objeto definido em si mesmo e, na realidade, não abordam esse objeto, quando ele existe, a não ser obliquamente, por e em nome de tal ou tal ideia particular de que ele resultará.” (ELG, p. 75)³⁶

Isto significa que, se os signos podem ser considerados como unidades de representação, o estatuto dessa representação deve ser clarificado: ela não designa de todo uma forma “de adequação” dos signos às coisas, mas a sua *abertura* para com as coisas, ou a *possibilidade de interação* dos signos com o mundo e os objetos, quer estes sejam materiais ou ideais. Se o signo da linguagem não é uma “imagem” cujos contornos corresponderiam aos do objeto, nem tem a ver com uma nomenclatura, o estatuto de unidade autónoma nem por isso o fecha numa cegueira autossuficiente: embora não se aplique ao objeto, pode *abordá-lo “obliquamente”*, estando o seu funcionamento aberto à realidade extralinguística. E uma vez que a representação é assim, apenas, uma captação “obliqua”, incompleta e imperfeita, daí decorre – ainda que Saussure não o formule explicitamente – que em função mesmo dessa inadequação, o signo fornece ao humano um meio para abordar (*inter)ativamente* e continuamente a realidade, que o signo não é mais do que um meio de interpretação que procede por produção de significações e, nessa medida, um meio de (inter)conhecimento.

3.2. Identidade, valor, significação

Em função da natureza dual do signo, torna-se central a procura do que constitui uma identidade linguística como base absoluta de qualquer investigação, na medida em que é a identidade que garante a continuidade do signo no tempo, assim como a *realidade* de uma unidade linguística como unidade, seja em sincronia seja em diacronia. Daí a dificuldade do linguista no seu esforço para captar, estudar e classificar os factos linguísticos, ou o seu erro “quando tenta escapar-lhe” ou contorná-la...

“ao partir pela tangente, quer dizer, ao classificar as ideias, como parece lógico, para ver em seguida as formas ou, ao contrário, as formas para ver depois as ideias; e nos dois casos não reconhece o que constitui o objeto

³⁶ (N.T.) «[Les signes] n’ont à aucun moment la prétention de s’appliquer à un objet défini en soi, et n’abordent en réalité cet objet, quand il existe, qu’obliquement, par et au nom de telle ou telle idée particulière d’où il résultera.» (ELG, p. 75)

formal do seu estudo e das suas classificações, a saber, exclusivamente **o ponto de junção** dos dois domínios.” (ELG, p. 18)³⁷

Uma vez que o objeto de estudo é precisamente o *ponto de junção* entre dois domínios, em si mesmos heterogêneos e variáveis, essa identidade não poderia fundar-se num deles, apenas, já que isso equivaleria a deixar “o espaço” de junção e a atribuir à identidade um fundamento unilateral, externo ao signo. Como mostra De Mauro (1969), e ao contrário da apresentação do CLG que distingue as dimensões sincrónica e diacrónica da identidade, Saussure enfrenta essa questão na totalidade³⁸. Rejeita tanto a via “da forma”, que funda a identidade linguística sobre a identidade do material acústico, como a via “do conteúdo”, que assenta a identidade do signo sobre a estabilidade do conceito expresso, para enveredar por uma terceira via, cuja particularidade será colocar o fundamento da identidade *no interior* do “espaço” de junção, tal como é estruturado por uma língua natural. No prolongamento da natureza ativa da forma dual, a identidade do signo é *praxiológica*, visto que só pode ser apreendida a partir da atividade de linguagem, através das suas concretizações: a identidade do signo é a identidade das suas execuções³⁹. No prolongamento do princípio de arbitrariedade, ela é *sistémica*, sem o que o “signo” seria apenas uma figura vocal e a identidade seria a de um material acústico (um produto puramente percetivo situado fora do espaço de junção e que poderia viajar de uma língua para outra). O verdadeiro fundamento da identidade encontra-se para Saussure no uso e no interior do sistema, cuja principal característica é instaurar relações entre os signos que só existem e só circulam uns ao lado dos outros. Os signos são grandezas codependentes e, em função da sua estruturação radicalmente arbitrária, desprovidos de qualquer determinação absoluta e isolada. A sua identidade e a sua objetividade são, antes de mais, produtos da diferença, que se apreende no uso, ratificada pela convenção e instaurada pelo sistema, o que conduzirá Saussure a afirmar que a realidade do signo consiste no seu *valor*.

A teoria do valor é uma inversão de perspectiva em relação ao estatuto da significação que, concebida como valor, deixa de ser um meio de estabilização definitiva dos sons; ela é um produto contingente e variável que assenta em juízos de identidade e de diferença, testemunhando da “lei absoluta-

³⁷ (N.T.) «en partant par la tangente, c’est-à-dire en classant comme il semble logique les idées pour voir ensuite les formes, – ou au contraire les formes pour voir ensuite les idées; et dans les deux cas il méconnaît ce qui constitue l’objet formel de son étude et de ses classifications, à savoir exclusivement le point de jonction des deux domaines.» (ELG, p. 18)

³⁸ É certo que as dimensões sincrónica e diacrónica da identidade colocam questões particulares, cada uma, mas aparecem, no entanto, como as duas vertentes do mesmo fenómeno.

³⁹ Veja-se, a este propósito, a comparação do signo com uma obra musical (ELG, p. 32).

mente final da linguagem” que retoma sob forma intra-sistémica o inelutável processo de discretização⁴⁰:

“não há nunca nada que possa residir num termo (por sequência direta do que são os símbolos linguísticos, sem relação com o que devem designar), que *a* é impotente para designar o que quer que seja sem o apoio de *b*, e a mesma coisa para este sem o apoio de *a*; ou que os dois não valem senão pela sua *diferença* recíproca.” (ibid., p. 218)⁴¹

Esta conceção do valor é complexa por duas razões. A primeira diz respeito à *pluralidade de relações diferenciais* que o valor abarca: a relação entre um significante e um significado; as relações dos significados entre eles; as relações dos significantes entre eles; por fim, as relações dos signos entre eles.

“Não há *a* forma e uma ideia correspondente; como não há *a* significação e um signo correspondente. Há formas e significações possíveis (de forma nenhuma correspondentes); na realidade, há unicamente *diferenças* de formas e *diferenças* de significações; por outro lado, cada uma dessas ordens de diferenças (por conseguinte, de coisas já negativas em si mesmas) não existe como diferença senão graças à união com a outra.” (ibid., pp. 42-43)⁴²

Todas estas relações diferenciais coexistem, cofuncionam e convergem na realização de um processo permanente e, de certa forma, homogéneo: o *processo semiótico* concebido como produção de significação. Este mecanismo não é mais, na realidade, do que o correlato funcional da *estruturação arbitrária* e é através dele que o uso “afeta” necessária e continuamente o signo⁴³, o que o “impede” para sempre de atingir um grau de estabilidade absoluta e, portanto, uma significação intrínseca, estática e imutável. O valor está na base do carácter sistémico e do carácter social do signo porque é em função da diferenciação entre signos que cada signo se torna uma unidade, e porque é em função da arbitrariedade que a diferenciação se torna um modo semiótico de (re)estruturação permanente. A segunda razão tem a ver com o

⁴⁰ Delimitação e diferenciação são processos indissoluvelmente ligados e intrínsecos à forma dual: “Forma implica: DIFERENÇA: PLURALIDADE (SISTEMA?). SIMULTANEIDADE. VALOR SIGNIFICATIVO” (ELG, p. 36).

⁴¹ (N.T.) «...il n’y a jamais rien qui puisse résider dans un terme (par suite directe de ce que les symboles linguistiques sont sans relation avec ce qu’ils doivent désigner), que *a* est impuissant à rien désigner sans le secours de *b*, celui-ci de même sans le secours de *a*; ou que tous deux ne valent donc que par leur réciproque différence». (ibid., p. 218)

⁴² (N.T.) «Il n’y a pas la forme et une idée correspondante; il n’y a pas davantage la signification et un signe correspondant. Il y a des formes et des significations possibles (nullement correspondantes); il y a même seulement en réalité des différences de formes et des différences de significations; d’autre part chacun de ces ordres de différences (par conséquent de choses déjà négatives en elles-mêmes) n’existe comme différences que grâce à l’union avec l’autre.» (ibid., pp. 42-43)

⁴³ E através disso o sistema da língua, cujo equilíbrio é sempre instável.

facto de a noção de valor colidir com a forma natural⁴⁴, quer dizer, positiva ou mesmo estática, de pensar ontologicamente o “ser”. A unidade semiótica é uma forma que não pode ser definida positivamente (por aquilo que é), mas apenas “negativamente”: por aquilo que não é, ou pelo que é em relação a outras unidades:

“FORMA = Não uma certa entidade *positiva* de uma determinada ordem, e de uma ordem simples; mas a entidade ao mesmo tempo *negativa e complexa*: resultante (sem nenhuma espécie de base material) da *diferença* com outras formas COMBINADA com a *diferença* de significação de outras formas.” (ibid., p. 36)⁴⁵

Do ponto de vista teórico, o valor conceptualiza assim um *modo de individuação correlativa e instável das formas linguísticas*. Ele é sempre e exclusivamente gerado, estabelecido, temporariamente estabilizado, sustentado pela solidariedade sistémica dos signos e produzido “negativamente” pela não coincidência dos signos entre si. Tendo uma base relacional e dinâmica, o valor é um mecanismo de produção semiótica necessariamente interativo, repousando sobre duas modalidades de correlação dos signos que agem simultaneamente: as coordenações sintagmáticas e as séries associativas ou paradigmáticas. A distinção entre estas duas modalidades de correlação pode ser abordada de vários pontos de vista. Vamos reter apenas um, a saber, a base temporal do seu funcionamento.

Em primeiro lugar, se nos apoiarmos nas reflexões de Saussure que têm a ver com a uni-espacialidade dos semas (ibid., pp. 101-119), notaremos que a *temporalidade* é uma dimensão constitutiva do signo, que não diz respeito apenas à realização efetiva na fala ou no discurso mas afeta a *própria estrutura*. Se “a particularidade da palavra é ser um sema **coligível**, mas que repousa sobre a **sucessão** de sílabas” (ibid., p. 110)⁴⁶ que vão sempre na mesma direção (que são temporalmente unidirecionadas), é porque o significante justapõe uma sucessão de sons numa sequência “coligível *que forma um todo*”, de maneira que o signo, como unidade (e não apenas o significado), tem a propriedade de uni-espacializar ou de reabsorver a linearidade na simultaneidade. A linearidade subsiste, no entanto, porque a simultaneidade uni-espacial não implica nem a destruição da sequência coligível (ou do

⁴⁴ Incluindo a das ciências da natureza, com algumas exceções notáveis como, por exemplo, a termodinâmica do não-equilíbrio (cf. Prigogine & Stengers, 1979; Prigogine, 1998). Para a análise das convergências epistemológicas entre a teoria de Saussure e a termodinâmica, veja-se Pétroff (1993; 2004) e Bulea (2005).

⁴⁵ «FORME = Non pas une certaine entité positive d’un ordre quelconque, et d’un ordre simple; mais l’entité à la fois négative et complexe: résultant (sans aucune espèce de base matérielle) de la différence avec d’autres formes COMBINÉE avec la différence de signification d’autres formes.» (ibid., p. 36)

⁴⁶ «la particularité du mot est d’être un sème **colligible**, mais reposant sur la **succession** des syllabes» (ibid., p. 110)

significante) nem a desordem fonémica. Isso traduz-se nomeadamente no facto de a linearidade se manter como um fator de discriminação entre os semas, mesmo fora da sua manifestação discursiva. Por exemplo, a diferenciação intra-sistémica entre termos como “ensinar” vs “ensino” ou “omnes” vs “omnia”, assentando sobre os mesmos mecanismos de julgamento que a diferenciação entre “ensino” e “ignorância”, explora a forma linear da temporalidade como fator de discriminação, eventualmente em conjunto com a atribuição de uma função a essa mesma diferença linear, que se repercute sobre o *signo*. O fator “tempo” não intervém apenas, portanto, na proliferação concreta do signo: o signo como unidade é dele tributário ao mesmo tempo que é portador de uma *tensão temporal*, gerada pela coexistência no seu seio do linear e do “instantâneo” (ou do uni-espacializado). Por outras palavras, mesmo que a linearização só se manifeste no discurso, o signo nem por isso “esquece” a *qualidade* linearmente temporal do significante, que permanece ativa para além e independentemente da sua concretização.

Esta análise mostra que a dessubstancialização própria do fenómeno semiótico não equivale à sua des-temporalização, e que o signo nunca está fora do tempo; ou melhor, mostra que o tempo nunca está fora do signo, uma vez que o primeiro está implicado na constituição do segundo como unidade.

Deste ponto de vista, as duas modalidades, sintagmática e paradigmática, de coordenação dos signos retomam e prolongam essa propriedade temporal ao nível das relações entre unidades. Há no entanto uma diferença, que se prende com o facto de o sintagma não ser “uma sequência recolhível que forma um todo” ao mesmo título que o significante. Como o significante, a organização sucessiva própria das coordenações sintagmáticas explora a temporalidade linear, ao passo que as relações paradigmáticas a transgridem, inclusive no plano das regras de organização, caracterizando-se assim por uma “uni-espacialização” de outro nível⁴⁷, que tem a ver com a pluralidade de trajetórias associativas simultâneas. A submissão à temporalidade linear das correlações ditas *in praesentia* (sintagmáticas) manifesta-se concretamente como obrigação de alinhamento e requer a adoção/construção de uma “solução” de entre as possíveis, respeitando as regras de organização estabelecidas pela comunidade. O valor do signo é gerado cotextualmente, através das relações que esse signo mantém com os que o rodeiam imediatamente. O regime de correlações dito *in absentia* (associativo) assenta na libertação da temporalidade linear e da organização que lhe é própria, sendo o valor

⁴⁷ “É um sintagma porque há sucessão no espaço; não é uma associação como tri-, triôn, tria, treis, que também é importante para o mecanismo; mas não se alinham, abraçam-se com um único relance do pensamento” (in Godel, op. cit., p. 171), razão pela qual estaria tentada a chamar-lhe uni-espacialização correlativa. «C’est un syntagme, parce qu’il y a succession dans l’espace; ce n’est pas une association comme tri-, triôn, tria, treis, laquelle est aussi importante pour le mécanisme; mais on ne les aligne pas, on les embrasse d’un seul coup d’œil de la pensée» (in Godel, op. cit., p. 171), raison pour laquelle nous serions tentée de l’appeler uni-spatialisation corrélative.

do signo gerado pela sua posição como nó de bifurcações plurais, simultâneas e virtuais. Ora, como assinala Fehr, “a ausência” das séries associativas em relação ao sintagma concreto é sempre também “presença”, na medida em que “a virtualidade dessas séries latentes que flutuam em torno dos termos presentes na série sintagmática contribui para a determinação e o reconhecimento desta última” (2000, p. 155).⁴⁸ O signo existe indissociavelmente nas duas esferas, e cada uma das suas manifestações como “elo” que pertence a uma trajetória linear atualiza a sua qualidade de “elo” de bifurcações associativas. Dupla existência ou “jogo” incessante em função do qual o signo vale em permanência.

Os dois regimes de coordenação dos signos não são, portanto, nem anti-nômicos nem disjuntos e o seu co-funcionamento assenta sobre o mesmo tipo de tensão temporal entre linearidade e simultaneidade, entre unidade efetiva da trajetória sintagmática e a pluralidade simultânea das trajetórias do “cruzamento” associativo, o que mostra que o tempo é um *fator interno* ao processo de geração de valor. E o permanente funcionamento conjunto dos dois regimes constitui a base sistémica da infinidade de realizações possíveis de um signo enquanto infinidade de valores que ele pode integrar:

“Em cada signo existente vem então INTEGRAR-SE, pós-elaborar-se um valor determinado [], que nunca é determinado a não ser pelo conjunto dos signos **presentes ou ausentes** no mesmo momento; e como o número e o aspeto recíproco e relativo desses signos mudam de momento em momento de uma maneira infinita, o resultado dessa atividade, para cada signo, e para o conjunto, muda também de momento em momento numa medida não calculável.” (ELG, p. 88)⁴⁹

Na medida em que o valor não tem a ver com uma categoria positiva fixa nem se lhe impõe um conteúdo imutável a partir do exterior da atividade de linguagem, e precisamente porque esse valor não é mais do que um jogo incessante de redistribuição diferencial, o signo aparece como uma *entidade eminentemente dinâmica*, em que “o ser” coincide com a sua “capacidade para o valor”. Esse valor esquiva-se ainda a qualquer lógica aditiva e dá conta de um “continente” cujo “interior” é movente, ilimitado, imprevisível e (potencialmente) infinito:

⁴⁸ (N.T.) «la virtualité de ces séries latentes flottant autour des termes présents dans la série syntagmatique contribue à la détermination et à la reconnaissance de celle-ci» (2000, p. 155).

⁴⁹ (N.T.) «Dans chaque signe existant vient donc S’INTEGRER, se postélaborer une valeur déterminée [], qui n’est jamais déterminée que par l’ensemble des signes présents ou absents au même moment; et, comme le nombre et l’aspect réciproque et relatif de ces signes changent de moment en moment d’une manière infinie, le résultat de cette activité, pour chaque signe, et pour l’ensemble, change aussi de moment en moment dans une mesure non calculable.» (ELG, p. 88)

“Nenhum signo está portanto limitado na soma de ideias positivas que é chamado a concentrar, no mesmo momento, em si próprio; [...] e é em vão, portanto, que se procura a soma das significações de uma palavra.” (ibid., p. 78)⁵⁰

3.3. A transmissão do signo

Mas qual é o substrato da *continuidade* dessa dinâmica, dessa mudança “de momento em momento” e “de uma forma infinita” do “número e do aspeto recíproco e relativo” dos signos? Além disso, visto que “não há nenhum instante em que a língua seja menos ou mais determinada do que num outro momento” (cf. 1), porque é que a mudança linguística não se efetua por ruturas radicais e divisões periódicas? Questões que se ligam aos problemas gerais colocados por Saussure desde o início: porque é que as línguas mudam continuamente? Qual é o substrato da sua absoluta continuidade e da sua transformação no tempo? Por que razão é que a convenção, uma vez estabelecida, não se mantém imperturbável e eternamente? E se a resposta a estas questões se funda essencialmente sobre o princípio da arbitrariedade, mobiliza igualmente a problemática da transmissão.

A primeira citação da nossa introdução evoca a *transmissão* que caracteriza a *vida da linguagem* através do tempo. Embora presente no CLG, esta noção de transmissão não tem aí o mesmo estatuto que nas notas saussurianas⁵¹. Alguns dos aspetos que ela cobre são certamente dedutíveis do *Cours*, mas com a condição de conceber como um todo temporalizado e funcional, signo, arbitrário, imutabilidade e mutabilidade. Com efeito, se a convenção social pode ser considerada ao mesmo tempo como um fator de conservação, de estabilidade e de resistência à inovação e como o suporte da alteração dos signos devida à deslocação da relação entre significante e significado, esta discussão não tem sentido e só pode ser logicamente concebida relativamente à circulação e à transmissão dos signos (e das línguas) no tempo. No entanto, nesta perspetiva, a transmissão aparece quer como um processo diacrónico (as línguas transmitem-se de uma geração para outra), quer como a “prova” do tempo que atinge o signo a partir do exterior, quer ainda como um atributo funcional pós-elaborado relativamente à elaboração dos próprios signos – o que é parcialmente redutor e parcialmente inexato em relação ao que Saussure parece querer conceptualizar através dessa noção. Nas notas, ainda que apareça apenas de forma dispersa, a noção de transmissão tem um estatuto totalmente diferente: revela-se aí como uma verdadeira propriedade do signo; não designa nem um movimento provocado *por* uma força externa que se exercesse *sobre* o signo nem uma eventualidade funcional indepen-

⁵⁰ (N.T.) «Aucun signe n’est donc limité dans la somme d’idées positives qu’il est au même moment appelé à concentrer en lui seul; [...] et il est donc vain de chercher quelle est la somme des significations d’un mot.» (ibid., p. 78)

⁵¹ Veja-se a este propósito a esclarecedora análise de Fehr, 2000.

dente da estrutura, mas sim como um processo permanente que se situa *no* signo e que tem a ver com a sua missão ou o seu “destino” interativo, intrínseco à sua própria constituição.

“Será a reação capital do estudo da linguagem sobre a teoria dos signos, será o horizonte para sempre novo que terá aberto [], ter aprendido e revelado *todo um lado novo do signo*, a saber, que este só começa a ser realmente conhecido quando se vê que é uma coisa não apenas transmissível, mas pela sua natureza *destinado a ser transmitido*, 2.º **modificável**. Só que para quem quer fazer a teoria da linguagem, é uma complicação multiplicada por cem [» (ELG, p. 220)⁵²

“Todo um lado novo do signo” e “complicação multiplicada por cem”, de facto, porque a transmissão consiste num modo específico de circulação, o das “coisas” negativas e diferenciais, e determina que toda a interação verbal é necessariamente uma (trans)formação dos signos, que não depende nem da absorção passiva (e atemporal), nem da criação *ex nihilo*, nem da reconstituição “ao idêntico” de uma unidade originária. Assim, a transmissão é indissolúvelmente ligada ao carácter convencional do signo, e dota-o de uma (perpétua) “segunda vida”:

“O que há de particular no signo convencional, é que as disciplinas que podiam lidar com isso não duvidaram que o signo era 2.º) transmissível e, nessa medida, dotado de uma segunda vida, da qual se pode bem dizer que essas disciplinas (tal como o público (em geral) não têm qualquer espécie de noção” (ibid., p. 229).⁵³

Como evidenciam as análises precedentes, o signo não tem qualquer ancoragem externa (nos objetos que aborda); a sua base de constituição não é nem puramente material nem conceptual mas eminentemente social e a sua identidade não é mais do que a identidade *das suas execuções*. Daí decorre que a única ancoragem do signo é não apenas *sociopraxiológica* mas inelutavelmente e à partida *plural e interativa*. A execução⁵⁴ é sempre outra, relativamente à de outros e dirigida a outros. Uma vez que o signo não é uma entidade dada naturalmente, nem “adamicamente” criada para ser posterior-

⁵² (N.T.) «Ce sera la réaction capitale de l'étude du langage sur la théorie des signes, ce sera l'horizon à jamais nouveau qu'elle aura ouvert [], que de lui avoir appris et révélé tout un côté nouveau du signe, à savoir que celui-ci ne commence à être réellement connu que quand on a vu qu'il est une chose non seulement transmissible, mais de sa nature destiné à être transmis, 2º modifiable. Seulement pour celui qui veut faire la théorie du langage, c'est la complication centuplée [» (ELG, p. 220)

⁵³ (N.T.) «Ce qu'il y a de particulier dans le signe conventionnel, c'est que les disciplines qui pouvaient avoir à s'en occuper ne se sont pas doutées que ce signe était 2º) transmissible, et par là doté d'une seconde vie, dont on peut bien dire que ces disciplines (de même que le public (en général) n'ont aucune espèce de notion» (ibid., p. 229).

⁵⁴ Não nos referimos aqui, unicamente, à singularidade material ou sonora de qualquer produção verbal, mas à proferição do signo tomado na sua integralidade.

mente retomada e propagada (mesmo degradada), a sua única “unidade” assenta à partida na diversidade, numa pluralidade de atos, que é um conjunto de variantes dessa mesma “unidade” através de execuções distintas⁵⁵. Mas tal como o signo não tem um tronco único, também a convenção não depende de um momento fixo, originário e fundador (o do estabelecimento do acordo) que seria diferente e anterior à circulação dos signos: “o contrato primitivo confunde-se com o que se passa todos os dias na língua”. É precisamente este aspeto fundamental que é visado pela transmissão do signo: para além da sua qualidade social, a convenção que o constitui é uma espécie de “permanência social em circulação”, em função da qual os signos são reconstruídos e experimentados como idênticos, porque congruentes ou diferentes dos outros, para além da sua irreduzível não-coincidência:

“Se um objeto pudesse, onde quer que seja, ser o termo sobre o qual se fixa o signo, a linguística deixaria no mesmo instante de ser o que é, desde o topo até à base; e da mesma forma o espírito humano, como é evidente a partir desta discussão. [...] É pena sem dúvida que se comece por misturar como um elemento primordial esse dado dos *objets designados*, que não formam aí qualquer elemento. [...] Muito mais grave é o segundo erro em que caem geralmente os filósofos, e que é o de presumir:

2.º que uma vez um objeto designado por um nome, isso é um todo que vai transmitir-se, sem outros fenómenos a prever!” (ibid., pp. 230-231)⁵⁶

Nesta perspetiva, convenção e circulação dos signos não se sucedem, sobrepoem-se e, dessa forma, a transmissão anula, a nosso ver, o desfazamento entre estruturação do signo e comunicação: os signos só emergem e se realizam na interação, e em permanente confronto/negociação da sua própria produção. A transmissão não é, então, uma prova externa ao signo, nem um atributo funcional que se lhe tivesse acrescentado, mas designa a propriedade do signo de integrar a sua circulação no interior da sua própria (re)estruturação. Este aspeto está indissolivelmente ligado ao facto de o signo não ter realidade nem se transmitir a não ser como valor. Não sendo este uma entidade positiva e estática, a transmissão “do signo” é de facto um pôr em circulação de diferenças entre signos (presentes ou ausentes), apesar do sentimento “positivo” ou de “unidade” que o locutor pode ter em relação às palavras:

⁵⁵ Para retomar a bela fórmula de Fehr (2000), não há um original dado e cópias desse original, mas uma série de versões distintas.

⁵⁶ (N.T.): «Si un objet pouvait, où que ce soit être le terme sur lequel est fixé le signe, la linguistique cesserait instantanément d’être ce qu’elle est, depuis le sommet jusqu’à la base; du reste l’esprit humain du même coup, comme il est évident à partir de cette discussion. [...] Il est malheureux certainement qu’on commence par y mêler comme un élément primordial cette donnée des *objets désignés*, lesquels n’y forment aucun élément quelconque. [...] Beaucoup plus grave est la seconde faute où tombent généralement les philosophes, et qui est de se représenter: 2º qu’une fois un objet désigné par un nom, c’est là un tout qui va se transmettre, sans autres phénomènes à prévoir!» (ibid., pp. 230-231)

“Como não há nenhuma unidade (de qualquer ordem e de qualquer natureza que se imagine) que repouse sobre outra coisa que não sejam diferenças, na realidade a unidade é sempre imaginária, só a diferença existe.” (ibid., p. 83)⁵⁷

Isso significa que qualquer transmissão tem a ver, por sua vez, com uma processualidade de ordem qualitativa, em que o valor “de partida” e o valor “de chegada” não podem coincidir. O signo não se transmite como um objeto material que fosse dado, recebido, trocado sem (possibilidade de) modificação das suas propriedades internas, visto que a sua transmissão é necessariamente um perpétuo (re)estabelecimento de valor, através de mecanismos diferenciais sempre em funcionamento.

Necessariamente subjacente, assim, à constituição do signo, a transmissão subjaz também necessariamente ao seu futuro. É através dela que o signo “se mostra” como uma unidade em que a variação está sempre em curso e, simultaneamente, como um fator de redistribuição dos valores de outros signos. E é a sua natureza como “destinado a ser transmitido” que retira à dinâmica do signo qualquer possibilidade de implantação atemporal e que liga efetiva e concretamente a sua instabilidade à temporalidade:

“[...] constatamos imediatamente a total insignificância de um ponto de vista que parta da relação de uma ideia e de um signo fora do tempo, fora da transmissão, a única que nos ensina (experimentalmente) o que vale o signo.” (ibid., p. 231)⁵⁸

E o signo não faz outra coisa que não seja valer. É uma unidade não apenas instável mas duplamente transitória: em trânsito social e/ou interativo, por um lado, uma vez que o seu destino é “correr entre os homens” (CLG, p. 94)⁵⁹; em trânsito temporal, por outro lado, porque está sempre entre o que tiver sido na véspera e o que será no dia seguinte. A propriedade do signo que funde no seu seio *instabilidade, alteridade e temporalidade, como base interna e ativa da sua própria alteração*, faz com que a transmissão seja por sua vez um processo cujas consequências podem ser analisadas do ponto de vista sincrónico ou diacrónico. O bem conhecido interesse de Saussure pela questão do tempo não se resume, portanto, à sua dimensão histórica. Mais precisamente, a problemática da transmissão mostra que a sincronia saussuriana, quer seja concebida sob o ângulo metodológico quer seja vista como o sentimento – de resto necessário – de estabilidade do sistema que os sujeitos falantes têm num

⁵⁷ (N.T.): «Comme il n’y a aucune unité (de quelque ordre et de quelque nature qu’on imagine) qui repose sur autre chose que des différences, en réalité l’unité est toujours imaginaire, la différence seule existe.» (ibid., p. 83).

⁵⁸ (N.T.): «[...] constatons tout de suite l’entière insignifiance d’un point de vue qui part de la relation d’une idée et d’un signe hors du temps, hors de la transmission, qui seule nous enseigne (expérimentalement) ce que vaut le signe.» (ibid., p. 231)

⁵⁹ «courir entre les hommes» (CLG, p. 94)

determinado momento, não é apesar disso a-cronia; e que se há uma característica permanente dos factos de linguagem, é bem a do processo da sua (re)estruturação interativa e temporalizada.

Além de que esta conceção da transmissão inviabiliza (ou até interdita) qualquer visão mecânica da comunicação, ela explica como é que a mudança linguística é, por sua vez, um mecanismo *interno* ao sistema: se qualquer transmissão é de facto uma (re)construção diferencial das próprias propriedades da entidade transmitida, são precisamente essas transmissões sucessivas que conduzem inelutavelmente a uma deslocação da relação entre significante e significado, deslocação que não tem base exterior e que é, afinal, em si mesma, um perpétuo (re)estabelecimento de convenção:

“Mas não dissemos, reconheço-o, por que razão eles [os signos] *devem* alterar-se. E é fácil para mim indicar a razão dessa abstenção. Desde o início, indiquei que havia fatores de alteração distintos, mas *de tal forma misturados no seu efeito* que não é prudente querer separá-los no mesmo instante. Disse que o facto total não podia traduzir-se com segurança a não ser pela expressão *deslocação da relação* total entre significante e significado, quer a alteração esteja no significante, quer esteja no significado.

Portanto, tomamos a alteração sem separar as suas causas nem as suas formas, porque há algum perigo em querer fazê-lo sem outra forma de processo.” (ELG, pp. 329-330)⁶⁰

4. “...e o essencial é ter compreendido a vida”

Para Saussure, o signo constitui portanto uma entidade *dinâmica*, “viva”, refratária tanto à imobilidade ou ao estatismo como ao seu fecho, o que impede que se tenha uma conceção positiva da sua unidade. O signo é em si mesmo *atividade incessante*; emerge no e pelo seu funcionamento como uma entidade sempre em tensão, assente num conjunto de *não-concordâncias constitutivas*: imotivação entre conceitos e imagens acústicas; não-coincidência entre esse par e o par significado-significante; tensão temporal entre significante e signo; pluralidade e diversidade das execuções no próprio seio da sua identidade. O signo é tributário dessas não-concordâncias e perpetua-as quando se transmite e se transforma no tempo. Mas a transmissão e a transformação constituem de facto um feixe de *relações interativas* que anulam, por um lado, a lógica dualista disjuntiva (entre as duas faces do

⁶⁰ (N.T.) «Mais nous n'avons pas dit, je le reconnais, pourquoi ils [les signes] *doivent* s'altérer. Et il m'est facile d'indiquer la raison de cette abstention. Dès l'abord, j'ai indiqué qu'il y avait des facteurs d'altération distincts, mais *tellement mélangés dans leur effet* qu'il n'est pas prudent de vouloir à l'instant même les séparer. J'ai dit que le fait total ne pouvait se traduire avec sûreté que par le mot de *déplacement du rapport* total entre signifiant et signifié, soit que l'altération soit dans le signifiant, soit qu'elle soit dans le signifié. Donc nous prenons l'altération sans séparer ses causes ni ses formes, parce qu'il y a quel danger à vouloir le faire sans autre forme de procès.» (ELG, pp. 329-330)

signo ou entre os signos e o pensamento), por outro, a relação analógica⁶¹ e atemporal (entre a face “conteúdo” e a face “expressão” do signo assim como entre a ordem da linguagem e o mundo a que ela se dirige).

Tal como a língua “não é uma vegetação que existe independentemente do homem” (cf. 1), o signo não é um objeto exterior de que o homem se apoderasse passivamente. A dinâmica do signo não é nem um reflexo de uma outra dinâmica nem determinada por ela, tem a ver com uma interação permanente entre os sistemas semiótico, psicológico e social; por outras palavras, ela é verdadeiramente uma “vida dos signos **no seio** da vida social”.

Porque está apenas espalhada nas notas e nos ensinamentos de Saussure, sem se ver dotada de uma verdadeira definição, a noção de “vida” exige ser reconstruída para ser compreendida; mas quando nos entregamos a esse exercício, ela revela-se progressivamente, revelando ao mesmo tempo a coerência do pensamento saussuriano, incluindo dúvidas, questões, desespero. De facto, ela só se deixa captar quando se mobiliza o conjunto da teoria saussuriana do signo: mostrar primeiro aquilo a que se opõe (a vida semiológica não é a vida biológica); em seguida, pelo uso do mesmo significante “vida”, prestar-se ao jogo das associações sintagmáticas e paradigmáticas (vida semiológica, vida dos signos, vida desse sistema, vida da linguagem, segunda vida, etc.); finalmente, construir o seu valor e, portanto, gerar (regenerar) em conjunto o valor dos objetos teóricos a que se encontra associada a vida.

Neste sentido, a trama heurística que a noção de “vida” estabelece parece seguir um movimento duplo: por um lado, dirige-se a vários objetos, a linguagem, a língua ou o sistema, e o signo; por outro lado, evidencia uma comunidade de propriedades: natureza dual, ancoragem psico-social, não-homologia radical na sua constituição relativamente a qualquer outra “lógica” preexistente e, portanto, autonomia, interação e abertura, propriedades que decorrem do princípio absoluto do seu movimento incessante, tanto como o sustentam:

“Não há exemplo de imobilidade absoluta. O que é absoluto, é o princípio do movimento da língua no tempo. Movimento que se faz de forma diversa e mais ou menos rápida segundo os casos, mas fatalmente.” (ELG, p. 311)⁶²

A partir daí, pode considerar-se que a noção de “vida”, por causa do carácter esparsa das suas ocorrências, confunde as fronteiras, condensa e reúne o que está separado, visando assim realmente o “facto de linguagem” como facto humano, na sua unidade, na sua historicidade e na sua universalidade: o facto de linguagem aquém, através e além das distinções que podem ser

⁶¹ Não fazemos aqui referência ao mecanismo da analogia como fator de mudança linguística, que é aliás, ele próprio, uma produção gerada pelo sistema e interna ao sistema.

⁶² «Il n’y a pas d’exemple d’immobilité absolue. Ce qui est absolu, c’est le principe du mouvement de la langue dans le temps. Mouvement qui se fait de façon diverse et plus ou moins rapide selon les cas, mais fatalement.» (ELG, p. 311)

estabelecidas entre os objetos teóricos (que no entanto preservam metodologicamente a sua própria pertinência), ou das características mais específicas que diriam respeito a um ou outro de entre eles. A questão da noção de vida é captar esse facto de linguagem como um “ser em perpétuo movimento”, situar o movimento incessante em si mesmo e conceber a sua existência como indissociável do seu próprio futuro: uma indissociabilidade ontológica entre “ser” e “futuro do ser”. Deste ponto de vista, a noção saussuriana de “vida” lembra “estanhamente” a Natureza em perpétua atividade de Spinoza, ou a *energeia* aristotélica, reinvestida por Humboldt como por Coseriu, e parece (re)lançar assim o questionamento sobre a linguagem para os confins da filosofia, ou mesmo da metafísica. Isto pode de facto parecer estranho, se se considerar que a abordagem saussuriana se limita a um estudo formal da língua, sendo esta última concebida “em si mesma e por si mesma”, como sistema fechado cujas leis de funcionamento importaria descobrir. Esta “estranheza” é no entanto apenas aparente e o sintagma “vida semiológica” é disso ilustração, por um lado na medida em que a permanência do movimento se apoia na constatação empírica da mudança das línguas, por outro lado na medida em que transforma essa constatação em projeto científico: a semiologia. A recusa de qualquer naturalização da semiologia, da linguística e do seu objeto, como a afirmação da profunda ancoragem sócio-histórica dessas disciplinas (que não são, no entanto, história nem sociologia) são implicitamente portadoras de uma interrogação epistemológica essencial: como fazer de um problema “com vocação metafísica” uma ciência humana? Este parece ter sido o desafio de Saussure. E ainda que o autor não o exprima nestes termos, sustentamos que o projeto epistemológico que convoca a vida semiológica é da ordem de uma verdadeira *praxeologia*: a linguística saussuriana é uma ciência da ação de linguagem, integrando de forma sistémica e não determinista os aspetos sociais, históricos e psicológicos que a caracterizam. É neste sentido que compreendemos o repor em questão saussuriano das fronteiras disciplinares entre as ciências do homem, ou mesmo entre estas e as ciências ou as filosofias da mudança em geral:

“Um linguista que seja só linguista fica na impossibilidade, pelo que creio, de encontrar a via que permite apenas classificar os factos. Pouco a pouco a psicologia tomará a seu cargo, praticamente, a nossa ciência, porque se vai aperceber que a língua não é um dos seus ramos, mas o ABC da sua própria atividade.” (ibid., p. 109)⁶³

Quer seja objeto da linguística ou da psicologia, o facto de linguagem resiste à compartimentação, a uma conceção que fizesse dele um simples

⁶³ «Un linguiste qui n'est que linguiste est dans l'impossibilité à ce que je crois de trouver la voie permettant seulement de classer les faits. Peu à peu la psychologie prendra pratiquement la charge de notre science, parce qu'elle s'apercevra que la langue est non pas une de ses branches, mais l'ABC de sa propre activité.» (ibid., p. 109)

“veículo do pensamento” ou “uma forma *fixa*”, e requer a tomada em consideração do

“fenômeno socio-histórico que arrasta o turbilhão dos signos na coluna vertical e impede então que se faça dele quer um fenômeno *fixo* quer uma linguagem *convencional*, visto que é o resultado incessante da ação social, imposto fora de qualquer escolha.” (ibid., p. 102)⁶⁴

Para fechar, na base desta concepção da “vida” e do que ela põe em relevo, apontaremos três elementos que seriam de repensar, no interior e no prolongamento da obra saussuriana.

Em primeiro lugar, repensar a dicotomia “forma/substância”, captando-a sob o ângulo do fundamento epistemológico da sua interação, e tendo em conta os dois fatores de renovação linguística que são a mudança fonética e a mudança analógica, na medida em que “uma ataca a forma pelo lado do som e a outra ataca-a pelo lado da ideia” (ibid., p. 159)⁶⁵.

Em seguida, repensar a relação “língua/fala” e, em consequência, o estatuto do sistema: este último tem a ver com uma verdadeira estrutura, ou tem antes a ver com um *modo sistêmico de estruturação*, analisável do ponto de vista individual e do ponto de vista coletivo?

Por fim, e em ligação com as duas questões precedentes, abordar o espinhoso estatuto do *discurso* (ou da atividade discursiva) que, tal como aparece nas notas de Saussure, parece invalidar qualquer relação antinômica que se pudesse estabelecer entre as díades mencionadas:

“Equivale a constatar que a língua entra em primeiro lugar no nosso espírito pelo discursivo, como já dissemos e como é forçoso. Mas tal como o som de uma palavra, que também entra dessa forma no nosso foro interior, se torna uma impressão completamente independente do discursivo, também o nosso espírito liberta permanentemente do discursivo o que é necessário para ficar apenas a palavra.” (ibid., p. 118)⁶⁶

“Todas as modificações, sejam fonéticas ou gramaticais (analógicas) fazem-se exclusivamente no discursivo. [...] Qualquer inovação acontece por improvisação, ao falar, e a partir daí tanto no tesouro íntimo do ouvinte

⁶⁴ (N.T.) «phénomène socio-historique qui entraîne le tourbillon des signes dans la colonne verticale et défend alors d'en faire ni un phénomène fixe ni un langage conventionnel, puisqu'il est le résultat incessant de l'action sociale, imposé hors de tout choix.» (ibid., p. 102).

⁶⁵ (N.T.) «l'un attaque la forme par le côté du son et l'autre l'attaque par le côté de l'idée» (ibid., p. 159).

⁶⁶ (N.T.) «Il revient à constater que toute la langue entre d'abord dans notre esprit par le discursif, comme nous l'avons dit, et comme c'est forcé. Mais de même que le son d'un mot, qui est une chose entrée également dans notre for intérieur de cette façon, devient une impression complètement indépendante du discursif, de même notre esprit dégage tout le temps du discursif ce qu'il faut pour ne laisser que le mot.» (ibid., p. 118).

como no do orador, mas produz-se portanto a propósito da linguagem discursiva.” (ibid., p. 95)⁶⁷

O desafio colocado pela “vida semiológica” precede e lembra certas interrogações atuais, assim como as tentativas de resposta que emanam de horizontes diversos e que são mais ou menos satisfatórias, mais ou menos ...humanas. E se para alguns “a forma saussuriana de se interrogar sobre a natureza da linguagem permanece, mais do que nunca, *perturbadora*”⁶⁸, acolhemo-la, quanto a nós, e a partir da orientação interacionista que habitamos, como o ABC da nossa própria atividade.

Referências bibliográficas

- Aristote (1991). *Métaphysique*. Paris: Vrin.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale*, t.1. Paris: Gallimard.
- Bronckart, J.-P. (2002). La explicación en psicología ante el desafío del significado, *Estudios de Psicología*, 23, 387-416.
- Bronckart, J.-P. (2003). L’analyse du signe et la genèse de la pensée consciente, *Cahiers de l’Herne: Saussure*, 76, 94-107.
- Bulea, E. (2005). Linguistique saussurienne et paradigme thermodynamique. *Cahier de la Section des Sciences de l’éducation*, 104, 53-186.
- Coseriu, E. (1967). L’arbitraire du signe. Sobre la historia tardía de un concepto aristotélico. In *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje* (pp. 13-62). Madrid: Gredos.
- Coseriu, E. (2001). *L’homme et son langage*. Louvain-Paris: Peeters. Darmesteter, A. (1928/1887). *La Vie des Mots étudiée dans leurs significations*. Paris: De-la-grave.
- De Mauro, T. (1969). *Une introduction à la sémantique*. Paris: Payot.
- Desmet, P. (1996). *La linguistique naturaliste en France (1867-1922)*. Louvain-Paris: Peeters.
- Engler, P. (1964). Compléments à l’arbitraire, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 21, 25-32.
- Engler, R. (1988). ‘Attività’, ‘atto’, ‘azione’: considerazioni su una voce «marginale» dell’indice saussuriano, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 42, 167-174.
- Fehr, J. (1992). «La vie sémiologique de la langue»: esquisse d’une lecture des *Notes Manuscrites* de Saussure, *Langages*, 107, 73-83.
- Fehr, J. (2000). *Saussure entre linguistique et sémiologie*. Paris: PUF.

⁶⁷ (N.T.) «Toutes les modifications, soit phonétiques, soit grammaticales (analogiques) se font exclusivement dans le discursif. [...] Toute innovation arrive par improvisation, en parlant, et pénètre de là soit dans le trésor intime de l’auditeur ou celui de l’orateur, mais se produit donc à propos du langage discursif.» (ibid., p. 95)

⁶⁸ ELG, contracapa.

- Godel, R. (1957). *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève: Droz.
- Hagège, C. (2003). La vulgate et la lettre, ou Saussure par deux fois restitué. De l'arbitraire du signe et de la syntaxe dans le Cours de Linguistique Générale, *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 56, 111-124.
- Humboldt, W. (von) (1974). *Introduction à l'œuvre sur le kavi*. Paris: Seuil.
- Pagliari, A. & De Mauro, T. (1973). *La forma linguistica*. Milano: Rizzoli Editore.
- Petroff, A.-J. (1993). L'ordre et le désordre: l'interaction langue – parole, *Linx, numéro spécial, Saussure aujourd'hui*, 369-386.
- Pétroff, A.-J. (2004). *Saussure: la langue, l'ordre et le désordre*. Paris: L'Harmattan.
- Prigogine, I. (1998). *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob.
- Prigogine, I. & Stengers, I. (1979). *La nouvelle alliance*. Paris: Gallimard.
- Puech, C. (1992). Présentation: la «vie sémiologique», *Langages*, 107, 5.
- Rastier, F. (2003). Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée, *Cahiers de l'Herne: Saussure*, 76, 23-51.
- Saussure, F. (de) (1916/1995). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Saussure, F. (de) (2002). *Ecrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Spinoza, B. (de) (1954/1677). L'Éthique. In *Œuvres complètes*. Paris: Gallimard, La Pléiade.
- Whitney, W. D. (1875). *La vie du langage*. Paris: Germer Baillière.